

CENÁRIOS DE EXPANSÃO DO PÉ-DE-MEIA: CUSTOS, FOCALIZAÇÃO E ESCOLHAS DE POLÍTICA

Paulo Meyer Nascimento

Técnico de planejamento e pesquisa e coordenador de Educação na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea); e professor da Escola de Políticas Públicas, Governo e Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV EPPG).

E-mail: paulo.nascimento@ipea.gov.br.

Vitória Lissa Mendes Rocha

À época, pesquisadora bolsista do Programa de Incentivo à Pesquisa Aplicada (Pipa) na Disoc/Ipea.

E-mail: vitorialissamr@hotmail.com.

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3192-port>.

O texto para discussão examina, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), como diferentes alternativas de expansão do Pé-de-Meia alteram custo fiscal, perfil do público atendido e coerência do programa com seus objetivos originais. O ponto de partida é que o programa foi desenhado como incentivo financeiro-educacional focalizado: jovens de 14 a 24 anos, em trajetórias compatíveis com o ensino médio, matriculados em escola pública e pertencentes a famílias vulneráveis. Nesse desenho, o benefício cumpre dupla função: aliviar restrições econômicas imediatas e induzir permanência,

progressão e conclusão escolar. A discussão sobre expansão, portanto, não é apenas orçamentária. Ela envolve também escolhas distributivas, o risco de descaracterização do instrumento e a necessidade de compatibilizar o Pé-de-Meia com outras políticas estruturantes de melhoria da educação básica.

Quatro tabelas sintetizam cenários distintos apresentados no texto. A tabela 1 estima os custos de incluir estudantes do nono ano do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos (EJA) fundamental.

TABELA 1

Estimativa de custos adicionais para ampliar o Pé-de-Meia em 2026 para alcançar estudantes de ensino fundamental

		Custo adicional anual dos incentivos (em R\$ 1 bilhão)		
Grupo adicionado	Número de pessoas (em 1 milhão)	Conclusão (R\$ 1.000)	Matrícula + frequência (10 x R\$ 200 no ano)	Matrícula + frequência + conclusão
Ampliação imediata				
Nono ano em escola pública	1,1	1,1	2,2	3,4
EJA fundamental	0,009	0,009	0,019	0,028
Ampliação mediata				
Nono ano em escola privada	0,081	0,081	0,163	0,244
Fora da escola	0,019	0,019	0,037	0,056
Total	1,2	1,2	2,5	3,7

Fonte: PNAD Contínua (2024). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 15 dez. 2025.

Elaboração dos autores.

Trata-se este do cenário mais claramente alinhado à lógica educacional do programa, porque atua sobre a transição entre o ensino fundamental e o médio, momento em que se concentra parte relevante da evasão. A ampliação imediata alcançaria principalmente estudantes do nono ano em escola pública. No desenho completo, com matrícula, frequência e conclusão, o custo adicional anual ficaria entre R\$ 3,4 e R\$ 3,7 bilhões. No entanto, o próprio texto sustenta que, para esse público, faz especial sentido

considerar uma expansão mais parcimoniosa, centrada sobretudo no incentivo de conclusão, pois o custo de oportunidade do trabalho é baixo antes dos 16 anos – e aí o custo ficaria entre R\$ 1,1 e R\$ 1,2 bilhão. Os autores veem a expansão para o nono ano como opção mais promissora entre as analisadas.

A tabela 2 apresenta o cenário de ampliação etária até 29 anos completos.

TABELA 2
Estimativa de custos adicionais para ampliar o Pé-de-Meia em 2026 para alcançar estudantes com idade acima de 24 anos até os 29 anos completos

		Custo adicional anual dos incentivos (em R\$ 1 bilhão)		
Grupo adicionado	Número de pessoas (em 1 mil)	Conclusão (R\$ 1.000)	Matrícula + frequência (10 x R\$ 200 no ano)	Matrícula + frequência + conclusão
	Ampliação imediata			
Frequentando escola pública	10,1	0,010	0,020	0,030
	Ampliação mediata			
Frequentando escola privada	5,9	0,006	0,012	0,018
Fora da escola	620,2	0,620	1,2	1,9
Total	636,2	0,636	1,3	1,9

Fonte: PNAD Contínua (2024). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 15 dez. 2025.

Elaboração dos autores.

Neste cenário, o custo adicional anual para alcançar o público nessa faixa etária que já frequenta escola pública é estimado em cerca de apenas R\$ 30 milhões. O custo total da iniciativa, porém, poderia chegar a R\$ 1,9 bilhão se a parcela desse público que está fora da escola e sem completar o ensino médio voltasse a estudar. Por um lado, este cenário de expansão dialoga com a heterogeneidade das trajetórias educacionais brasileiras e com o Estatuto da Juventude. Por outro, ainda não há evidências robustas sobre a

elasticidade de retorno à escola para essa faixa etária, nem sobre os efeitos do Pé-de-Meia na EJA em idades mais elevadas. Os autores argumentam que a decisão por este caminho, portanto, deveria ser precedida de melhor evidência sobre retorno aos estudos, risco de conclusão tardia e eventual migração do ensino regular para a EJA.

A tabela 3 simula a universalização do Pé-de-Meia para todos os estudantes do ensino médio público, independentemente de renda.

TABELA 3

Estimativa dos custos adicionais de uma eventual universalização do Pé-de-Meia em 2026

Grupo adicionado	Número de pessoas (em 1 milhão)	Custo adicional anual dos incentivos (em R\$ 1 bilhão) Matrícula + frequência + conclusão
Ampliação imediata		
Frequentando escola pública	2,3	6,8
Ampliação mediata		
Frequentando escola privada	1,0	3,0
Fora da escola	2,3	6,9
Total	5,6	16,7

Fonte: PNAD Contínua (2024). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 15 dez. 2025.

Elaboração dos autores.

Este é o cenário de maior impacto fiscal e que mais altera a natureza do programa. Custaria aproximadamente R\$ 6,8 bilhões anuais a mais somente para estender o benefício a quem já frequenta escola pública e passaria a ser elegível. O custo total adicional poderia chegar a R\$ 16,7 bilhões (mais do que o custo do Pé-de-Meia em 2025, que foi da ordem de R\$ 12 bilhões). Esta estimativa total considera os efeitos médios máximos de mudanças comportamentais (retorno aos estudos e mudanças de escola). O trabalho conclui que essa alternativa é tecnicamente a mais frágil. Ela reduz focalização, direciona recursos para grupos com menor risco de

evasão e menor necessidade relativa do incentivo, pressiona o espaço fiscal e concorre com outras agendas educacionais de alto retorno, como ensino médio em tempo integral, educação profissional e melhoria da qualidade da oferta. Além disso, a universalização tende a aproximar o programa de uma transferência ampla para jovens, enfraquecendo sua coerência como instrumento focalizado de enfrentamento da evasão escolar.

A tabela 4 incorpora um cenário intermediário: expansão do programa para estudantes de famílias com renda domiciliar *per capita* entre 0,5 e 1 salário mínimo (SM).

TABELA 4

Estimativa dos custos adicionais para ampliar o Pé-de-Meia em 2026 para alcançar estudantes de famílias com renda domiciliar *per capita* entre 0,5 e 1 SM

Grupo adicionado	Número de pessoas (em 1 milhão)	Custo adicional anual dos incentivos (em R\$ 1 bilhão) Matrícula + frequência + conclusão
Ampliação imediata		
Frequentando escola pública	1,3	3,8
Ampliação mediata		
Frequentando escola privada	0,2	0,5
Fora da escola	0,4	1,3
Total	1,9	5,6

Fonte: PNAD Contínua (2024). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 15 dez. 2025.

Elaboração dos autores.

SUMEX

Neste caso, o custo adicional anual estimado é de R\$ 5,6 bilhões, dos quais R\$ 3,8 bilhões correspondem à ampliação imediata para estudantes já na escola pública. Esse cenário preserva mais focalização do que a universalização irrisória, mas já representa mudança substantiva no público-alvo e eleva de forma expressiva a despesa recorrente. Em termos de desenho, é uma alternativa menos disruptiva do que universalizar toda a rede pública, porém bem mais cara do que expandir para o nono ano ou mesmo ampliar a idade até 29 anos. A principal questão de política é saber se o ganho adicional de cobertura justifica abrir o recorte de renda para grupos cuja probabilidade de permanência e conclusão, em média, tende a ser superior à dos mais vulneráveis já priorizados pelo desenho vigente. Além disso, gera problemas operacionais para o Pé-de-Meia: hoje circunscrito o público elegível a quem está no Cadastro Único – CadÚnico (o que facilita implementação e fiscalização), esta expansão significaria reconfigurar a operacionalização para checar adequadamente elegibilidade e garantir acesso ao benefício, trazendo custos administrativos que este trabalho não estima. Vale frisar, inclusive, que o próprio fato de que o CadÚnico deixaria de ser ferramenta útil na definição do público atendido poderia acarretar problemas como filas para obtenção do benefício e atrasos na sua concessão, levando a possíveis insatisfações e descrédito em relação ao Pé-de-Meia.

Em conjunto, as tabelas sugerem uma hierarquia de escolhas. A expansão para o nono

ano, sobretudo se concentrada no incentivo à conclusão, combina melhor justificativa educacional, maior aderência à lógica do programa e custo mais administrável. A expansão etária até 29 anos pode ser considerada como hipótese futura, mas requer mais evidência empírica e maior cuidado metodológico na projeção de custos. A ampliação para famílias com renda entre 0,5 e 1 SM ocupa posição intermediária: preserva alguma focalização, mas aumenta significativamente o gasto, exige decisão explícita sobre prioridades distributivas e traz desafios (e custos) operacionais para o programa. Já a universalização do Pé-de-Meia para o ensino médio público aparece como a alternativa menos recomendável, porque concentra o maior custo, entrega menor focalização e exige redefinir o próprio propósito do programa.

A recomendação central é de prudência fiscal e clareza estratégica. Expansões do Pé-de-Meia devem ser avaliadas não apenas pelo número de novos beneficiários, mas pela relação entre custo adicional, efetividade esperada e coerência com os objetivos de equidade e permanência escolar. O estudo oferece, assim, uma base técnica útil para subsidiar decisões do governo federal: se houver espaço para expansão em 2026, a prioridade mais defensável é a ampliação incremental e focalizada, especialmente na transição para o ensino médio, acompanhada de fontes permanentes de financiamento, coordenação com redes subnacionais e articulação com políticas estruturantes de melhoria da oferta educacional.